

O NEGRO NA INDÚSTRIA: PROLETARIZAÇÃO TARDIA E DESIGUAL

Carlos A. Hasenbalg

Grupo: Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais

Coordenadora: Bila Sorj

XV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

15 a 18 de outubro de 1991

CAXAMBÚ - MINAS GERAIS

1

F  
601

F

601

CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS  
BIBLIOTECA

Carlos A. Hasenbalg

A história de participação do negro no desenvolvimento urbano e industrial do Brasil ainda está para ser escrita. A crescente historiografia sobre escravidão contrasta de forma gritante com a maneira como tem sido negligenciada a história social do negro e sua incorporação ao mundo do trabalho depois de 1888. A própria bibliografia sobre escravidão só se interessa pelo negro enquanto um dos polos da relação senhor-escravo. É notório também o descuido com que tem sido tratada a população negra livre durante a vigência do sistema escravista. Negros livres e libertos são personagens secundários, englobados na categoria genérica e racialmente indefinida de "pobres livres". (1)

Entre as causas da pouca atenção com a inserção do negro no mundo urbano e industrial depois da aplicação pode ser citada a omissão do registro sobre cor da população nos censos demográficos de 1900 e 1920. Esta omissão é reveladora de outros aspectos das relações raciais no Brasil. Como aponta Adamo (1983, p. 6-8), a Directoria Geral de Estatística, hoje IBGE,

acreditava que a democracia recém criada no Brasil era incompatível com a classificação racial e assim os censos de 1900, 1906 (DF) e 1920, não tabularam a raça. Muitos argumentavam que as estatísticas relativas a raça iriam perpetuar a linha de cor, o que poderia ameaçar o desenvolvimento da democracia no Brasil. Visto retrospectivamente, a ausência do registro sobre raça foi uma resposta ao racismo científico que

permeava a sociedade brasileira no final do século XIX. Os negros simbolizavam atraso e os burocratas tentaram dissimular a sua presença.

A fórmula miscigenação + imigração = branqueamento levou a prever a desapareção gradual do negro e com ele da questão racial no país. Esta fórmula conviveu com a crença, generalizada na época, de que o Brasil tinha evitado o problema do preconceito racial dos Estados Unidos. Tal crença, que ganhou sua total legitimidade e elaboração nos anos de 1930 com a obra de Gilberto Freyre, parece gerar até hoje a definição oficial da situação: no Brasil a questão racial não existe.

Outro motivo do descuido com a experiência do negro no Brasil urbano-industrial pode estar relacionado ao enfoque analítico que prevalece na maioria dos estudos sobre os inícios da industrialização no país. A ênfase dada à formação de novas relações de produção e do mercado de trabalho livre levou a dar prioridade ao processo de formação da classe trabalhadora e do movimento operário em São Paulo e, secundariamente, no Rio de Janeiro. Um resultado desta opção analítica é que parcelas majoritárias das classes subalternas do mundo urbano em formação, aí incluídos negros e mestiços, ficaram à margem da história.(2)

Uma revisão parcial da historiografia que trata da classe operária e da fase inicial da industrialização no Brasil, desde a abolição até 1930, permite construir algumas imagens resumidas desse processo:

- o trabalhador imigrante formou o núcleo central da classe trabalhadora e do movimento operário.(3)
- os ex-escravos liberados no 13 de maio de 1888 e a imensa massa

de negros e mestiços que já eram livres antes dessa data foram alijados do mercado de trabalho capitalista ou ficaram relegados a um segundo e terceiro planos; eles teriam integrado a categoria genérica e também racialmente indefinida do "trabalhador nacional", objeto do que os historiadores convencionaram de chamar "ideologia da vadiagem".

7 os conflitos étnicos e raciais dentro da classe trabalhadora contribuíram para debilitar o movimento operário nas primeiras décadas de industrialização (Maram, 1977 e 1979, Fausto, 1976 e Chalhoub, 1986).

- o processo de revalorização do "trabalhador nacional", que culmina com a lei dos dois terços de 1931, se inicia nos anos da Primeira Guerra Mundial, quando diminui o afluxo imigratório, e se intensifica no auge da atividade grevista de 1917-1920 (Kovarick, 1987).

Estas imagens são válidas e ajudam a entender o retardo da incorporação do negro ao mercado de trabalho no núcleo central do desenvolvimento capitalista do país. Contudo, elas são enviesadas por derivar de pesquisa que privilegiou o eixo São Paulo-Rio de Janeiro. Como tais, elas não podem ser generalizadas para outras regiões economicamente menos avançadas, onde o impacto da migração internacional foi desprezível. É nestas regiões onde a incorporação subordinada do negro à força de trabalho da indústria deve ter acontecido antes que em São Paulo. No restante deste trabalho serão abordados dois aspectos da experiência do negro no mundo do trabalho depois da abolição da escravidão. Em primeiro lugar, com referência ao período 1888-1930, será destacado o caráter excepcional do caso paulista no

que, se, refere ao impacto da imigração europeia na exclusão do negro do mercado de trabalho capitalista.(4) Em segundo lugar, serão enfocados alguns aspectos da participação do negro no mercado de trabalho e na indústria no período que se estende de 1930 a 1988, ano do centenário da abolição. Isto será feito usando a precária base de dados de tipo censitário disponíveis, o que significa restringir-se aos cortes temporais de 1940, 1950 e 1988.

Com relação ao primeiro aspecto, em trabalho anterior (Hasenbalg, 1977 e 1979) generalizei, com algum recaudo, para a região hoje formada pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e do sul do país a análise de Florestan Fernandes (1965) acerca do processo de monopolização, pelo imigrante, das oportunidades de classificação econômica e ascensão social e o conseqüente deslocamento de negros e mulatos para ocupações marginais ao sistema de produção capitalista das áreas urbanas e rurais.(5) Tal generalização foi feita levando-se em conta que esse conjunto de estados foi o que recebeu o grosso do fluxo da imigração europeia, que se acelera na década de 1880 e culmina na de 1930. No resto do país o impacto demográfico e econômico da imigração estrangeira foi muito mais atenuado.(6) Gostaria de reformular aqui essa interpretação anterior, apontando para o fato de que mesmo dentro dessa região, em nenhum lugar o deslocamento do negro pelo imigrante foi sentido de maneira tão intensa como em São Paulo.

A ausência de dados sobre emprego, para quase todos os estados, no censo de 1890 e a já mencionada falta de informações sobre a cor da população nos censos de 1900 e 1920 tornam

praticamente impossível montar o quadro completo do processo de acomodação de negros e mulatos no mercado de trabalho nas décadas posteriores à abolição.

Uma maneira indireta de avaliar o deslocamento sócio-econômico da população negra é a de verificar o impacto diferencial da imigração nas diferentes regiões. A tabela que segue informa sobre os números pertinentes, tomando como base o ano de 1890 por sua proximidade com a data da abolição e porque pode ser considerado como marco inicial da industrialização no país.

TABELA I

Número Absoluto, Proporção na População Total e índice de Crescimento da População Estrangeira, Brasil e Locais Seleccionados

	1890	1900	1920
Brasil			
N	351.545	1.279.063	1.540.378
%	2,4	7,3	5,0
I	100	363	438
Distrito Federal			
N	155.262	210.515	240.392
%	29,7	25,9	20,8
I	100	135	154
Rio de Janeiro			
N	16.140	57.706	53.770
%	1,8	6,2	3,4
I	100	357	333
São Paulo			
N	75.030	529.187	833.709
%	5,4	23,2	18,1
I	100	705	1.111
Sul			
N	46.116	218.134	249.871
%	3,2	12,1	7,1
I	100	473	542

Fonte: Censos demográficos de 1920 e 1950

Como se observa, no país como um todo o impacto da imigração é relativamente reduzido e se ao total fossem subtraídos os números dos estados do Sudeste (RJ e SP) e do Sul, a proporção de estrangeiros na população como um todo seria muito mais baixa ainda.

O Rio de Janeiro (RJ) contava em 1890 com a maior concentração de população negra urbana do país: 195.000 pretos e pardos formavam 37% da população total. A peculiaridade do Rio de Janeiro no quadro das cidades brasileiras da época é que ela tinha recebido um grande número de imigrantes estrangeiros durante a segunda metade do século XIX. Nas décadas que seguiram à abolição esse fluxo imigratório continuou, mas a proporção de estrangeiros na população total tende a diminuir, passando de 30% em 1890 para 26% em 1900 e 21% em 1920. Já no estado do Rio de Janeiro, com uma agricultura relativamente estagnada, o impacto da imigração estrangeira foi pequeno; mesmo no auge do fluxo imigratório, em 1900, a proporção de estrangeiros não passa de 6,2%.

No caso do estado de São Paulo o fluxo imigratório se acelerou nos anos posteriores à abolição da escravidão. O que concede à experiência paulista um caráter especial, que a diferencia das outras regiões, é a promoção oficial da imigração estrangeira. Como nota Andrews (1988, p. 493) a respeito do subsídio estadual à imigração:

O mercado de trabalho de São Paulo não mostrou nenhum dos rígidos controles raciais impostos pelo estado e usados, por exemplo, nos sistemas segregacionistas da África do Sul e do sul dos Estados Unidos durante esse mesmo período. Apesar disso, o mercado de trabalho foi

poderosamente afetado pela intervenção direta do estado, que se viu destinada a produzir resultados carregados com implicações raciais: a inundação do mercado local de trabalho com uma maré de imigrantes europeus.

Entre 1890 e 1899, quando a corrente imigratória para São Paulo adquire seu máximo volume, teriam entrado no estado 762.000 estrangeiros. (Kovarick, 1987, p. 96). (7) Isto fez com que a população estrangeira crescesse sete vezes entre 1890 e 1900, aumentando sua proporção na população total para 23%. Nos vinte anos que seguem a proporção de estrangeiros no estado sofre uma ligeira queda, apesar do aumento dos números absolutos, que passam de 530.000 para 830.000 entre 1900 e 1920. Nesta última data o estado de São Paulo concentrava mais da metade da população estrangeira residente no país.

Por último, os estados do Sul também recebem um contingente imigratório significativo, concentrado na década de 1890-1900, quando o número de estrangeiros quase quintuplica e passa a formar 12% da população total. Contudo, o impacto demográfico da imigração não chega a tomar a dimensão do caso de São Paulo.

As evidências espalhadas na bibliografia permitem sugerir que, com a exceção das áreas mais prósperas da cafeicultura paulista, o efeito de exclusão do negro do mercado de trabalho pela presença da mão-de-obra imigrante foi mais acentuado nas cidades do que nas zonas rurais. As limitadas informações disponíveis só permitem que seja feito aqui um contraste entre a situação das cidades de Rio de Janeiro e São Paulo. Esse contraste também serve para reforçar a idéia de que a exclusão dos negros da nascente indústria foi mais acentuada em São Paulo,

ao passo que sua proletarização teria se iniciado mais cedo no Rio de Janeiro.

A propósito do censo realizado na capital de São Paulo em 1893, vários autores tem comentado a forte presença de imigrantes nos setores de emprego mais dinâmicos. Nessa data os estrangeiros constituíam 55% da população da cidade e ocupavam 84% dos empregos na indústria manufatureira e artística, 81% nos transportes e 72% no comércio (Fausto, 1977, p. 30, Maram, 1979, pp. 15-16, Kovarick, 1987, p. 103 e Andrews, 1988, p. 503). Maram (1979, p. 16) menciona o estudo realizado em 1901 sobre a indústria no estado de São Paulo, onde se calculou que apenas 10% dos operários industriais eram brasileiros. "Com o avanço da industrialização, a presença do estrangeiro continuaria elevada. No setor têxtil em 1911, representavam três quartos do total, a maioria italianos, proporção que era semelhante nos demais ramos da indústria" (Kovarick, 1987, p. 103). Todas essas informações concorrem para assinalar o pequeno espaço deixado para os trabalhadores brasileiros, fossem eles brancos ou negros, na estrutura ocupacional da indústria na capital de São Paulo, pelo menos nas duas décadas posteriores à abolição.

O censo de 1920 registrou na capital de São Paulo um total de 104.758 pessoas empregadas na indústria, das quais 50,5% eram estrangeiros. Os imigrantes formavam mais da metade do número de empregados nas indústrias metalúrgicas, de alimentação e construção civil, da mesma forma que nos setores de transportes e comércio. Comentando esta alta concentração de estrangeiros, indicativa duma preferência pela mão-de-obra imigrante, Andrews (1988, p. 504) aponta:

Quando se decompõem estes números, e se considera o fato de que a população estrangeira tinha caído de 50% para 35% do total de habitantes da cidade, percebe-se uma clara situação de preferência no mercado de trabalho em todas as categorias exceto no serviço doméstico (onde a preferência é fraca); na realidade esta preferência aumentou, em relação a 1893, nas áreas de transporte e comércio. Evidência dispersa sugere que muitos dos brasileiros empregados nas ocupações urbanas em 1920 eram filhos dos imigrantes que tinham chegado nos anos da década de 1890 e nos primeiros anos da década de 1900; portanto, em 1920, os descendentes de famílias brasileiras nativas estavam possivelmente pior na competição no mercado de trabalho do que tinham estado em 1893.

A situação na cidade do Rio de Janeiro foi diferente, mesmo que nela tenha ocorrido também um deslocamento da população negra do mercado de trabalho devido à presença de imigrantes europeus. O censo de 1890 na capital do país, que retrata um momento imediatamente posterior à abolição, apresenta a vantagem de ter registrado não só a nacionalidade como também a cor da população economicamente ativa. Nessa data, 89.000 estrangeiros ocupados constituíam um terço da força de trabalho da cidade, sendo que quase a metade deles estavam empregados na indústria manufatureira e no comércio. Os trabalhadores imigrantes ocupavam 39% dos empregos na indústria manufatureira, 54% dos empregos nos transportes terrestres e 51% no comércio. Por sua vez, a cidade contava com 87.000 pessoas pretas e pardas economicamente ativas, das quais 41.320 tinham emprego no serviço doméstico, 14.720 na indústria, 14.145 não tinham profissão declarada e outras 7.864 se concentravam na atividade extrativa, pastoril e agrícola. Estes números indicam uma elevada concentração de negros e

mulatos em trabalhos não qualificados, fora dos setores dinâmicos de emprego. Mesmo assim, 17% de negros e mulatos estavam ocupados na indústria e formavam 30% da mão-de-obra empregada nesse setor de atividade. Esse dado constitui indício de um processo incipiente de proletarização do negro no Rio de Janeiro, que se antecipa ao que ocorrerá no resto da região Sudeste a partir da interrupção do afluxo de imigrantes em 1930.

O recenseamento feito em 1906 na cidade do Rio de Janeiro e o censo de 1920 dão outras indicações sobre a presença de trabalhadores estrangeiros na estrutura ocupacional da cidade. Em 1906, 100.160 trabalhadores estrangeiros ocupavam 49% dos empregos na indústria, nos transportes e no comércio, ao mesmo tempo que a participação dos estrangeiros no total da população economicamente ativa era 41,5% (Fausto, 1977, p. 32, tab. I-6). Já em 1920 os estrangeiros da cidade representavam 29,7% da população total, 32,6% da população economicamente ativa e 33% da PEA da indústria. Este conjunto de informações sugere alguns pontos: Primeiro, no Rio de Janeiro os imigrantes europeus também tiveram acesso privilegiado aos setores mais dinâmicos da estrutura econômica da cidade; contudo eles não chegaram a estabelecer um quase monopólio desses setores de emprego, como ocorreu na capital de São Paulo nas décadas posteriores à abolição. Segundo, a participação desproporcional dos imigrantes no emprego industrial e nos demais setores modernos de atividade econômica parece ter declinado ao longo do tempo; com isto a estrutura ocupacional da cidade abriu um espaço maior à participação dos trabalhadores nativos. Por último, uma parcela pequena da população negra da cidade foi incorporada desde cedo

ao trabalho assalariado na indústria. Como se poderá ver logo, esta parcela de negros proletarizados aumentará substancialmente no Rio de Janeiro nas décadas posteriores ao fim do escravismo. (8)

Somente pesquisa histórica futura poderá nos dizer qual foi a participação do negro na indústria das regiões periféricas ao polo de desenvolvimento industrial do país. Basta assinalar aqui que em 1920 o estado de São Paulo e o Distrito Federal davam conta de 384.000 empregos na indústria, do total de 1.190.000 existentes em todo o país. Nos estados do Sul a população negra deve ter sofrido os efeitos da competição com os imigrantes no mercado de trabalho urbano. Em outras regiões com maior concentração de população negra, como o Nordeste e Minas Gerais, é possível que negros e mestiços tenham tido uma participação substancial na industrialização dessas áreas periféricas.

Seja porque competiu em desvantagem com os imigrantes nas regiões industrialmente mais avançadas, seja porque ficou mais concentrada nas regiões economicamente menos dinâmicas, a população negra, nas décadas posteriores à abolição, se incorpora de maneira tardia e subordinada ao mundo urbano-industrial em desenvolvimento.

Esta situação ainda prevalecia pouco mais de cinquenta anos depois da abolição, como o evidenciam os dados do censo de 1940 sobre a estrutura de emprego dos grupos de cor.

TABELA II

Distribuição Setorial do PEA segundo a Cor.  
Brasil e Locais Selecionados, 1940.

	Brasil			
	Branços		Não-Branços	
	N	%	N	%
Primário	5.820.047	65,9	3.944.727	77,4
Secundário	961.472	10,9	435.952	8,6
Terciário	2.052.352	23,2	713.569	14,0
Total	8.833.871	100,0	5.094.248	100,0

	São Paulo			
	Branços		Não-Branços	
	N	%	N	%
Primário	1.246.386	56,3	233.724	71,2
Secundário	386.827	17,5	39.503	12,0
Terciário	579.883	26,2	54.973	16,8
Total	2.213.096	100,0	328.200	100,0

	Rio de Janeiro			
	Branços		Não-Branços	
	N	%	N	%
Primário	188.173	53,7	166.846	69,1
Secundário	53.907	15,4	33.679	14,0
Terciário	108.211	30,9	40.926	16,9
Total	350.291	100,0	241.451	100,0

	Distrito Federal			
	Branços		Não-Branços	
	N	%	N	%
Primário	13.439	3,0	9.943	6,5
Secundário	104.903	23,3	51.513	33,9
Terciário	331.579	73,7	90.530	59,6
Total	449.921	100,0	151.986	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1940. Não-Branços inclui pretos e pardos e exclui amarelos.

No Brasil como um todo, em 1940, pretos e pardos permaneciam predominantemente vinculados à agricultura e mostravam uma participação relativa nas atividades econômicas urbanas muito inferior à dos brancos. Mais de três quartos (77,4%) dos não-brancos estavam empregados no setor primário, enquanto isso ocorria com dois terços dos brancos. Na indústria, a população não-branca encontrava-se em desvantagem, tendo uma participação (8,6%) relativamente menor que a do grupo branco (10,9%) no setor.

Os números de 1940 para São Paulo tendem a confirmar a idéia de um retardo no ingresso do negro nas atividades industriais desse estado. Nessa data, a população preta e parda ainda permanecia fundamentalmente vinculada à agricultura (71,2%), enquanto que uma proporção muito menor de brancos (56,3%) estavam nessa situação. Apenas 39.000 não-brancos estavam empregados na indústria, o que representava uma proporção de 12%, substancialmente inferior aos 17,5% dos brancos.

Da mesma forma, os dados para o Distrito federal e sua área de influência econômica, o estado do Rio de Janeiro, parecem corroborar a hipótese de que a população negra teve uma participação na força de trabalho da indústria desde os momentos iniciais do desenvolvimento industrial dessa região. No Distrito Federal a proporção de negros empregados na indústria ascende a 34% e é significativamente mais elevada que a dos brancos ali empregados, que não passa de 23,3%. Os brancos, por sua vez, estão majoritariamente concentrados nos empregos do setor terciário da cidade. No estado do Rio de Janeiro, a proporção de brancos ocupados na indústria, 15,4%, é ligeiramente superior aos

14% de pretos e pardos empregados nesse setor.

O censo demográfico de 1950 fornece o próximo corte temporal e permite captar as mudanças na situação de emprego de brancos e não-brancos na década 1940-1950.

TABELA III

Distribuição Setorial do PEA segundo a Cor.  
Brasil e Locais Selecionados, 1950.

	Brasil			
	Brancos		Não-Brancos	
	N	%	N	%
Primário	5.869.241	55,8	4.409.173	68,7
Secundário	1.536.708	14,6	683.665	10,6
Terciário	3.106.617	29,6	1.325.456	20,7
Total	10.512.566	100,0	6.418.294	100,0

  

	São Paulo			
	Brancos		Não-Brancos	
	N	%	N	%
Primário	1.224.752	42,0	205.114	48,9
Secundário	708.951	24,3	85.844	20,5
Terciário	980.404	33,7	128.662	30,6
Total	2.914.107	100,0	419.620	100,0

  

	Rio de Janeiro			
	Brancos		Não-Brancos	
	N	%	N	%
Primário	169.248	39,4	147.003	49,3
Secundário	89.860	20,9	66.435	22,3
Terciário	170.693	39,7	84.382	28,4
Total	429.801	100,0	297.820	100,0

  

	Distrito Federal			
	Brancos		Não-Brancos	
	N	%	N	%
Primário	15.003	2,3	9.266	3,1
Secundário	159.463	24,5	90.418	30,2
Terciário	476.840	73,2	281.052	66,7
Total	651.306	100,0	380.736	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 1950. Não-Brancos inclui pretos e pardos e exclui amarelos.

Na década de 1940 aceleram-se os processos de industrialização e urbanização do país; aumentam as migrações internas, que integram o mercado de trabalho no plano nacional; e o desenvolvimento urbano-industrial tende a concentrar-se na região Sudeste. (9) O emprego no setor primário passa de 70,2% para 60,6%, ao tempo que o emprego na indústria cresce de 10% para 13%.

Durante essa década o setor industrial gerou 831.000 empregos, dos quais 247.000 ou 29,8% foram ocupados por pretos e pardos. Levando-se em conta que a proporção de não-brancos na FEA durante esse período permaneceu estável, em torno de 36% a 37%, conclui-se que no conjunto do país esse grupo teve uma pequena desvantagem na ocupação dos novos postos de trabalho abertos na indústria. Em 1950 a proporção de brancos e não-brancos empregados na indústria era de 14,6% e 10,6%, respectivamente. Essa diferença de 4% é maior que a existente em 1940.

Na década de 1940 ocorre uma rápida urbanização da estrutura ocupacional dos não-brancos em São Paulo. O número de pretos e pardos na indústria cresce de 39.000 em 1940 para 86.000 em 1950. Pela primeira vez o número de negros na indústria aumenta mais rápido que o dos brancos. Possivelmente esses negros que agora se incorporam à classe operária de São Paulo o fazem ocupando os lugares deixados abertos por imigrantes e descendentes de imigrantes que experimentaram mobilidade social e econômica ascendente.

No estado do Rio de Janeiro e no Distrito Federal também se observa um rápido aumento da participação dos negros nas atividades econômicas urbanas; a pequena queda na proporção de

não-brancos empregados na indústria do Distrito Federal é compensada pelo aumento do emprego no terciário. Em 1950 os pretos e pardos desta região mantêm uma participação relativa no emprego industrial mais elevada que os brancos.

Resumindo, na década de 1940 o negro parece perder algum espaço no mercado de trabalho da indústria das áreas periféricas, mas acelera sua incorporação à classe operária da indústria no centro do desenvolvimento capitalista do país.

As observações feitas até este ponto sugerem uma conclusão preliminar. Os empresários capitalistas exercem suas preferências étnicas e raciais no mercado de trabalho de acordo com as possibilidades e os recursos disponíveis. Em São Paulo, cafeicultores e industriais deram-se ao luxo de beneficiar-se do subsídio do estado a parte do fluxo imigratório que concorreu à formação do mercado de trabalho capitalista na região. No Rio de Janeiro, onde a imigração foi espontânea e não subsidiada, os imigrantes também foram os preferidos na formação da classe operária industrial, mas o seu número não foi suficiente para preencher todas as vagas que se abriam na indústria. No Nordeste, onde não houve imigração, a ordem de preferência possivelmente foi a seguinte: brancos da terra, mestiços e, por último, negros. Estas preferências dos empresários redundam, em todas as regiões, num padrão nítido de estratificação racial onde os negros ficam concentrados na base da hierarquia ocupacional.

Dando um longo salto no tempo, a parte final deste trabalho destina-se a examinar a situação de emprego e aspectos da participação do negro na indústria em torno da data do centenário

da abolição da escravidão. Esse salto no tempo requer alguns comentários. O registro da cor da população e a divulgação de resultados nos censos demográficos posteriores ao de 1950 constituem outro capítulo da história das relações raciais no país. Novamente, por motivos que lembram aos de 1900 e 1920, a inclusão ou não da pergunta sobre cor e a publicação de resultados ficaram condicionadas às decisões de tecnocratas obedientes, socializados na idéia de uma democracia racial. O censo de 1960, que registrou a cor, não publicou uma só tabela sobre a situação de emprego dos grupos de cor. Em intento tardio e autoritário de sonegar o caráter multi-racial do Brasil, a pergunta sobre cor foi eliminada no censo de 1970. Em 1980 a mesma pergunta foi incluída no censo a última hora devido às pressões exercidas sobre o IBGE pelo movimento negro, a comunidade de cientistas sociais e um requerimento parlamentar de inquérito. Mesmo assim, o plano de tabulações do censo de 1980 deixou de contemplar a situação de emprego dos grupos de cor da população. De maneira semelhante ao que ocorreu com o início deste século, a pesquisa sobre relações raciais foi seriamente prejudicada por mais de 25 anos pela falta de estatísticas oficiais.

Por outro lado, a partir dos últimos anos da década de 1970, a pesquisa possibilitada pela análise dos dados originais da PNAD de 1976 e do próprio censo de 1980 mudou o rumo dos estudos sobre raça no Brasil. O quadro que emerge depois de mais de quatro décadas de rápido crescimento econômico é de acentuadas desigualdades econômicas e sociais entre brasileiros brancos e não-brancos. Com isto desabam definitivamente as imagens sobre

relações raciais no país vinculadas à noção de democracia racial. Caem por terra também as teorias que postulam uma diluição das diferenciações raciais como efeito do desenvolvimento e da modernização; discriminação e desigualdades raciais não mais podem ser vistas como uma herança do passado escravista. A vasta mobilidade social propiciada pelo crescimento econômico desde os anos de 1940 deixou de afetar a população não-branca, que continua concentrada nos estratos sócio-econômicos inferiores. A cor das pessoas é um determinante importante das chances de vida e a discriminação racial parece estar presente em todas as fases do ciclo de vida individual.

Por último, no que se relaciona mais diretamente com o tema deste trabalho, parte deste corpo de investigação se refere ao papel que o mercado de trabalho desempenha na reposição das desigualdades entre grupos raciais (bibliografia anexa). Em termos breves, nota-se que o investimento das pessoas em educação e experiência tem retornos desiguais para brancos e não-brancos, o que evidencia a existência de discriminação racial no mercado de trabalho (Silva, 1985 e Lovell, 1989).

Em 1987, nas vésperas do centenário da abolição da escravidão, 3.641 mil pretos e 21.332 mil pardos constituíam 41,9% de uma população economicamente ativa de pouco mais de 59 milhões de pessoas. Antes de considerar mais especificamente a situação dos não-brancos na indústria, convém apresentar a estrutura global de emprego dos grupos de cor, apresentada na tabela que segue

TABELA IV

Distribuição Proporcional das Pessoas Ocupadas  
por Ramos de Atividade segundo a Cor

Ramos de Atividade	Total %	Branco %	Não-Branco %**	C.Assin. %***	C.Prev. %****
Agrícola	24,6	20,3	30,6	20,4	7,5
Ind. Transformação	15,7	17,7	12,9	84,0	79,8
Ind. da Construção	6,6	5,6	8,1	52,4	46,9
Outras Ativ. Inds.	1,5	1,3	1,7	80,4	75,6
Comércio	11,6	12,9	9,8	70,5	59,0
Prest. Serviços	17,6	16,2	19,6	35,1	33,6
Serv. Aux. da Ativ. Econômica	2,9	3,7	1,7	77,0	73,7
Trans. e Comunic. Social (Saúde e Educação)	3,7	4,0	3,5	82,8	75,7
Admin. Pública	8,1	9,4	6,2	61,5	84,7
Outras Ativ.	4,7	5,2	4,0	54,2	83,9
Totais	3,0	3,7	1,9	88,3	78,2
	100,0 (57.409.975)	100,0 (32.982.915)	100,0 (24.012.647)	58,2	49,4

Fonte: PNAD - 1987 Cor da População vol. 1

\* Não-Branco inclui pretos e pardos e exclui amarelos.

\*\* Proporção de empregados no ramo com carteira de trabalho assinada.

\*\*\* Proporção de pessoas no ramo que contribuem para instituto de previdência.

Após várias décadas de crescimento econômico acelerado e de rápida mudança na estrutura social do país, as disparidades setoriais de emprego entre brancos e não-brancos continuam acentuadas e obedecem à mesma direção que se observava em 1950. Começando pelo setor agrícola, nota-se que a proporção de não-brancos nesse setor é 10% mais elevada que a dos brancos. No setor secundário, os não-brancos participam numa proporção quase 5% inferior à dos brancos na indústria de transformação, mantendo-se uma situação de exclusão relativa deste setor dinâmico de emprego. Por outro lado, os não-brancos estão sobre-representados no ramo da construção civil, onde o nível médio de qualificação dos trabalhadores é baixo.

Examinando o setor terciário, nota-se que os não-brancos se fazem presentes em proporção mais elevada no único ramo que concentra a mão-de-obra menos qualificada: a prestação de serviços. Inversamente, o grupo branco está mais representado em setores de emprego mais protegidos, como é o caso dos serviços auxiliares da produção (comércio e transporte) e nos serviços de consumo coletivo (social e administração pública).

Em resumo, 58,3% dos não-brancos e somente 42,1% dos brancos encontram-se empregados nos três setores que concentram a mão-de-obra mais desqualificada e pior remunerada: agricultura, construção civil e prestação de serviços. Esta concentração se traduz num grau baixo de formalização das relações de trabalho dos não-brancos, como pode ser observado nas duas últimas colunas da tabela IV, que registram a proporção de empregados em cada ramo com carteira de trabalho assinada e a proporção de pessoas no ramo que contribuem para institutos de previdência. No conjunto dos grupos de cor, 64,5% dos brancos e somente 49,4% dos não-brancos empregados tinha carteira assinada e portanto acesso aos direitos trabalhistas. O acesso aos serviços de saúde e a aposentadoria por contribuição à previdência estava assegurada nessa data para 57,3% dos brancos e só para 38,2% dos não-brancos.

Essa disparidade na estrutura de emprego dos grupos de cor também se reflete numa aguda desigualdade nos rendimentos do trabalho: o rendimento médio mensal das pessoas economicamente ativas era de 4,4 salários mínimos (setembro de 1987) entre os brancos, 1,8 para os pretos e 2,1 para os pardos; essa desigualdade de renda em que brancos ganham pouco mais de duas vezes que os não-brancos mantém uma constante que já tinha sido

observada em 1960.

Finalmente, passando à consideração dos grupos de cor dentro da indústria, a tabela V resume um conjunto de informações para os empregados desse setor, não incluindo os empresários nem os trabalhadores por conta própria da indústria.

TABELA V

Distribuição Proporcional, Renda Média Mensal (SM) e Anos de Instrução dos Empregados da Indústria de Transformação e da Construção Civil, segundo a Cor. PNAD 1988

	%	Total	SM	Educ.
Administradores	6,0		13,2	10,0
Técnicos Superior	2,5		19,0	13,5
Técnicos Médios	2,7		9,1	10,5
Burocráticos	10,8		4,3	9,0
Mestres	2,1		7,2	6,9
Mecan. e Metal.	14,2		4,4	5,5
Textil	3,0		2,2	4,9
Couro	0,6		1,8	4,5
Vestuário	8,0		1,6	5,1
Madeira e Mov.	7,0		1,9	3,9
Eletricista	3,8		4,6	6,1
Const. Civil	21,2		1,7	3,1
Alim. e Bebidas	3,6		1,6	3,5
Gráfica	1,5		3,0	6,8
Ceram. e Vidro	2,2		1,7	3,3
Papel, Borr. e Cimento	1,7		3,0	5,0
Outras Ocup. Ind. de Trans.	9,1		3,5	5,5
Total	100,0		4,1	5,8
	(8.652.944)			

## Branços

	%	SM	Educ.
Administradores	7,8	14,5	10,4
Técnicos Superior	3,6	19,5	13,5
Técnicos Médios	3,4	10,2	11,2
Burocráticos	12,6	4,7	9,2
Mestres	2,3	8,6	7,5
Mecan. e Metal.	14,8	4,8	5,7
Textil	2,8	2,5	5,2
Couro	0,6	1,9	4,7
Vestuário	9,0	1,6	4,9
Madeira e Mov.	6,4	2,1	4,2
Eletricista	3,7	5,0	6,4
Const. Civil	15,2	1,8	3,4
Alim. e Bebidas	3,1	1,9	3,8
Gráfica	1,6	3,4	7,0
Ceram. e Vidro	1,7	2,2	3,9
Papel, Borr. e Cimento	1,8	3,3	5,0
Outras Ocup. Ind. de Trans.	9,5	4,0	5,8
Total	100,0	5,1	6,4
	(5.351.363)		

## Não-Branços

	%	SM	Educ.
Administradores	3,0	8,1	8,3
Técnicos Superior	0,8	15,1	13,5
Técnicos Médios	1,8	5,5	8,3
Burocráticos	7,7	3,4	8,3
Mestres	1,8	5,1	5,8
Mecan. e Metal.	13,2	3,6	5,2
Textil	3,2	1,8	4,6
Couro	0,6	1,8	4,2
Vestuário	6,5	1,5	5,6
Madeira e Mov.	8,0	1,7	3,6
Eletricista	3,9	3,8	5,6
Const. Civil	30,9	1,6	2,9
Alim. e Bebidas	4,4	1,3	3,1
Gráfica	1,3	2,2	6,7
Ceram. e Vidro	2,9	1,2	2,8
Papel, Borr. e Cimento	1,5	2,3	5,0
Outras Ocup. Ind. e Trans.	8,5	2,7	4,9
Total	100,0	2,6	4,6
	(3.301.315)		

Fonte: Tabulações especiais da PNAD-1988.

Esta tabela permite distinguir o grupo dos empregados administrativos do conjunto da indústria dos trabalhadores manuais nos vários ramos industriais, ficando os mestres em posição intermediária entre a gestão e a produção.

Começando pelos empregados administrativos, que representam os setores da nova classe média gerada pela indústria, nota-se que o acesso dos não-brancos a essas posições é muito mais limitado que o dos brancos; apenas 13,3% dos pretos e pardos ocupam essas posições, enquanto essa proporção ascende a 27,4% para os brancos. Nisto a indústria reproduz internamente um padrão que se observa na estrutura ocupacional global do Brasil, onde também há um acesso limitado dos não-brancos às ocupações não manuais, que podem ser tidas como um proxy da nova classe média assalariada. Mesmo dentro das ocupações administrativas, os poucos não-brancos estão mais concentrados nas posições hierarquicamente inferiores, como é o caso de funções burocráticas e de escritório. Além disso, em todos os níveis administrativos as diferenças entre os níveis de instrução de brancos e não-brancos são menores que as diferenças de rendimentos. Isto é particularmente visível entre os técnicos de nível superior dos dois grupos de cor, que contam com os mesmos anos de instrução, ao passo que os não-brancos recebem em média 4,3 salários mínimos a menos que os brancos. Este padrão sugere a existência de discriminação seja no acesso a estas posições, seja na promoção dentro delas.

Passando a observar o conjunto dos trabalhadores manuais dos vários ramos industriais, nota-se que com uma única exceção, a da construção civil, onde a concentração de não-brancos (30,9%) é

muito mais elevada que a dos brancos (15,2%), a distribuição proporcional dos grupos de cor nas diferentes indústrias é relativamente equilibrada. Os não-brancos participam em proporções semelhantes aos brancos em indústrias que empregam pessoal mais qualificado e melhor remunerado, como é o caso da mecânica e metalúrgica, dos gráficos e dos eletricitistas. Isto sugere que a cor tem um peso menor na seleção para as ocupações manuais do <sup>que no</sup> preenchimento de posições administrativas.

Contudo, esses setores de emprego manual não estão isentos de indicações sobre a existência de processos discriminatórios. Este é o caso dos setores que empregam pessoal mais qualificado, como nos casos de mecânica e metalúrgica, eletricitistas, gráfica e papel, borracha e cimento. Nestas indústrias a diferença entre a renda média de trabalhadores brancos e não-brancos é maior que a diferença na qualificação educacional. O caso mais visível é o das indústrias de papel, borracha e cimento, onde o nível de instrução é exatamente igual nos dois grupos, mas os não-brancos recebem em média um salário mínimo a menos do que os brancos.

Em resumo, seja pela desigual distribuição entre indústrias e posições (os não-brancos estando pouco representados nas ocupações administrativas e sobre-representados na construção civil), seja pela discriminação ocupacional dentro dos ramos da indústria, o setor industrial gera uma desigualdade entre trabalhadores brancos e não-brancos que pode ser facilmente constatada na renda de uns e outros: em média, os brancos ganham 5,8 salários mínimos, mais do dobro dos 2,6 salários mínimos dos não-brancos.

Concluindo, após cem anos de desenvolvimento capitalista, desde a abolição da escravidão até o seu centenário, as desigualdades raciais continuam sendo um traço marcante da sociedade brasileira.

Por causa das razões históricas - o retardo no ingresso do negro na classe trabalhadora - e de discriminações contemporâneas, o desenvolvimento da indústria teve a sua boa parcela de responsabilidade na perpetuação dessas desigualdades raciais.

Na primeira metade deste século o Brasil foi considerado pelo resto do mundo como exemplo de convivência harmoniosa entre as raças. Suspeito que neste final de século, depois que os negros da África do Sul conquistem o direito ao voto, o Brasil possa se transformar, aos olhos da opinião pública mundial, em exemplo de racismo extemporâneo e condenável. Isto só poderá ser evitado se os brasileiros acordarem do longo sonho da "democracia racial".

## NOTAS

- \* Agradeço a Marta Rangel pela assistência na pesquisa e a Nelson do Valle Silva por ter facilitado às tabulações especiais da PNAD-1988.
1. Os poucos trabalhos que conheço sobre a população negra livre são artigos de historiadores estrangeiros como os de Herbert S. Klein (1978), Robert E. Conrad (1973) e Afonso Florence (1989). Não há sobre o Brasil o equivalente ao livro de Ira Berlin (1974) sobre os negros livres no sul escravista dos Estados Unidos. Resulta no mínimo curioso que o pouco que se sabe sobre a história social do negro depois da abolição seja fundamentalmente resultado da pesquisa de sociólogos e não de historiadores. Entre os historiadores, a exceção está novamente constituída por autores estrangeiros. Destaco a tese de Sam C. Adamo (1983) sobre o Rio de Janeiro de 1890 a 1940 e os trabalhos de George Reid Andrews (1988 e 1991) sobre São Paulo.
  2. Falou-se durante muito tempo da queima dos documentos sobre a escravidão, ordenada por Rui Barbosa. Essa queima não impediu que os historiadores continuassem fazendo pesquisa sobre o regime servil. Os donos do poder na Primeira República "queimaram" os censos de 1900 e 1920 no que se refere à cor da população. Isto sem dúvida dificulta a pesquisa, mas não a faz inviável, como o atesta o trabalho já citado de Adamo e Andrews.
  3. Contudo, o censo demográfico de 1900 informa que 85.681 estrangeiros formavam apenas 7,4% do total de pessoas com profissões na indústria manufatureira e nas artes e ofícios.
  4. Destacar a peculiaridade da experiência de São Paulo é importante porque o influente diagnóstico de Florestan Fernandes (1965) sobre a exclusão econômica e a desorganização social da população negra nesse estado durante a Primeira República é frequentemente generalizado para o resto do Brasil.
  5. Essa generalização foi feita tendo em mente a idéia de competição de negros e imigrantes no mercado de trabalho, sem

endosar o diagnóstico de F. Fernandes sobre a patologia social dos ex-escravos. Para uma crítica à noção de patologia social dos negros e ex-escravos ver Hasenbalg (1979, caps. I e II) e Andrews (1988, pp.507-513).

6. Esse grupo de estados do Sudeste e do Sul concentravam 83,3% dos imigrantes estrangeiros em 1890, 86,5% em 1900 e 87,1% em 1920.
7. Na década seguinte, de 1900 a 1909, as entradas foram 368.000 e outras 447.000 ocorreram entre 1910 e 1920.
8. A tese de Sam Adamo sobre o Rio de Janeiro tende a confirmar, para o período anterior a 1940, a idéia do ingresso significativo da população negra da cidade em relações de trabalho assalariado. Na amostra de trabalhadores que deixaram o emprego antes de 1940 - e que portanto trabalharam na sua maioria entre 1930 e 1940 - em quatro grandes empresas, encontrou as seguintes proporções de pretos e mulatos entre os empregados: 36,7% na América Fabril, 39,8% na Cia. Docas do Rio de Janeiro, 30,2% na empresa do trolley e 38,9% na Light. Quanto a inserção de pretos e pardos nessas empresas, Adamo notou que os não-brancos, apesar de terem nível educacional mais elevado que os empregados de nacionalidade estrangeira, estavam desproporcionalmente concentrados entre os trabalhadores não qualificados e ganhavam por isso salários inferiores aos brasileiros brancos e aos estrangeiros. Ver Adamo (1983, cap. II).
9. Os atuais estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentravam 32,7% do emprego industrial do país em 1920, proporção que aumenta para 48% em 1940 e 50% em 1950.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ADAMO, Sam C. - The Broken Promise: Race, Health and Justice in Rio de Janeiro 1890-1940. Ph.D. thesis, Department of History, The University of New Mexico, Albuquerque, 1983.
- ANDREWS, George Reid - "Black and White Workers: São Paulo, Brazil, 1888-1922", in *Hispanic American Historical Review*, 68: 1, 1988, pp. 491-524.
- - *The Afro-Brazilians of São Paulo, 1888-1922*. Madison, The University of Wisconsin Press (no prelo)
- BERLIN, Ira - *Slaves without Masters. The Free Negro in the Antebellum South*. Oxford University Press, 1974.
- CONRAD, Robert E. - "Neither Slave nor Free: The Emancipados of Brazil, 1818-1868", in *Hispanic American Historical Review*, 53: 1, 1973.
- FAUSTO, Boris - *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo, Difel, 1977.
- FERNANDES, Florestan - *À Integração do Negro na Sociedade de Classes*. 2 vol., São Paulo, Dominus, 1965.
- FLORENCE, Afonso - "Tem Escravos nem Libertos: Os Africanos Livres na Bahia", *Cadernos de CEAS*, (121), 1989.
- HASENBALG, Carlos A. - "Desigualdades Raciais no Brasil", in *DADOS*, n. 14, 1977.
- - *Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- KLEIN, Herbert S. - "Os Homens Livres de Cor na Sociedade Escravista Brasileira". *DADOS*, n. 17: 3-27, 1978.
- KOUARICK, Lúcio - *Trabalho e Vadiagem*. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MARAM, Sheldon L. - The Immigrant and the Brazilian Labor Market, 1890-1920, in Alden Davil e Warren Dean, *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese India*, University Presses of Florida, 1977, pp. 178-210.
- - *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.